

Análise do Terceiro Trimestre de 2002 **Companhia Energética de Minas Gerais**

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2002 Companhia Energética de Minas Gerais Cemig (BOVESPA: CMIG3, CMIG4, NYSE:CIG, e LATIBEX: XCMIG) hoje reportou um prejuízo líquido de R\$268 milhões no terceiro trimestre de 2002, correspondendo a R\$1,65 por 1000 ações, comparado a um prejuízo líquido de R\$195 milhões, ou R\$1,22 por 1000 ações no terceiro trimestres de 2001.

Os resultados desfavoráveis foram devidos principalmente às elevadas perdas cambiais de R\$969 milhões devido a desvalorização cambial de 67,85% e à provisão de R\$304 milhões relativa a negociação da CRC com o governo federal. Adicionalmente, a redução de 2,4% no volume de eletricidade vendida e o aumento de 78,5% na despesa de compra de energia para revenda também contribuíram para o prejuízo nos primeiros nove meses de 2002. Por outro lado, a Cemig teve um aumento de 13,0% na receita de venda a consumidores finais e itens especiais não recorrentes advindos do acordo geral do setor elétrico com o governo federal para a recuperação das perdas incorridas durante o período do racionamento de junho de 2001 a fevereiro de 2002, que foi imposto em várias regiões que tiveram baixo índice pluviométrico. A criação da conta de compensação dos itens da parcela Apara absorver a volatilidade cambial e as perdas não previstas de encargos regulatórios, resultaram em significativa economia nas despesas operacionais, parcialmente compensadas pelos impactos negativos das condições desfavoráveis da economia que prevaleceram em 2002.

O presidente da Cemig, Djalma Morais disse: "Apesar de todos os problemas que enfrentamos no terceiro trimestre, a CEMIG ainda é uma boa oportunidade de investimento devido a sua sólida situação financeira e um ótimo potencial de crescimento. Nossa equipe tem enorme experiência em lidar com crises, como visto no ano passado durante o período de racionamento imposto pelo governo federal, e atualmente com a desvalorização cambial. Finalmente, a Cemig irá emergir como uma das concessionárias melhor administradas no Brasil, e estará preparada para o próximo ciclo de crescimento que o Brasil irá experimentar sob a nova administração federal".

Cristiano Barros, diretor de Finanças e Participações da Cemig, também acredita que a Cemig tem excelente potencial de crescimento, e disse: "O impacto nas vendas devido ao racionamento tem sido significativo, mas nós vemos isso como uma oportunidade e não como uma perda, porque o mercado irá crescer novamente assim que o poder de compra da população for recuperado. Nossa capacidade instalada existente irá ser suficiente para lidarmos com a nova demanda. Nesse meio tempo, nós iremos ligar novos consumidores, o que irá ampliar nosso potencial de crescimento. Estamos confiantes que, uma vez retomada a atividade econômica, os projetos em construção irão agregar valor ao investimento de nossos acionistas devido a suas atrativas taxas de retorno."

Receitas Operacionais Líquidas subiram 13%

As receitas operacionais líquidas cresceram 13% atingindo R\$3.913 milhões, comparado a R\$3.462 milhões em setembro de 2001. Isto foi devido as maiores tarifas médias, que foram reajustadas em abril de 2001 em 16,5% e em abril de 2002 em 10,5%, e em grande parte devido às receitas não recorrentes de recuperação das perdas advindas do acordo geral do setor elétrico assinado com o governo federal.

As vendas à consumidores finais decresceram 2,4% como conseqüência do racionamento de energia elétrica imposto aos consumidores de junho de 2001 a fevereiro de 2002. A classe de consumidores residenciais foi a que mais reduziu o consumo (7,6%), seguida pela classe comercial (4,6%). A classe industrial, cujo consumo representa mais de 62% do consumo total, teve um decréscimo de 2,0%.

A receita de vendas a consumidores finais cresceu 9,8% para R\$3.888 milhões, devido aos aumentos tarifários concedidos em 2001 e 2002, de 16,5% e 10,5%, respectivamente. Esses aumentos tarifários foram parcialmente compensados pela redução no volume de eletricidade vendida. Um aumento emergencial de tarifa de 2% foi concedido em 1º de março de 2002. Esse aumento foi parcialmente contrabalançado pelo aumento das deduções à receita operacional. Como resultado, a tarifa média de eletricidade em 2002 foi 12,4% maior que a de 2001 (R\$148,93 por MWh comparado a R\$132,48 por MWh).

A receita de suprimento cresceu 781% atingindo R\$489 milhões. Desses, R\$465 milhões foram provenientes das vendas de eletricidade como produtor independente, como parte do acordo de recuperação das perdas do racionamento.

As receitas extraordinárias provenientes do acordo com o governo federal montaram a R\$269 milhões, representando 5,5% das receitas brutas. Essas receitas extraordinárias autorizadas pela ANEEL irão compensar as perdas de receita decorrentes da menor venda aos consumidores finais devido à redução do consumo, e das maiores despesas com compra de eletricidade dos produtores independentes durante o período do racionamento, de acordo com as regras do mercado de suprimento de eletricidade. Um aumento extraordinário de tarifa foi concedido em dezembro do último ano: 7,9% para os consumidores da classe industrial e comercial, e 2,9% para as demais classes de consumidores. Esse aumento irá vigorar por um período estimado superior a seis anos. A Cemig está analisando se esse período estabelecido pela ANEEL irá ser suficiente para a recuperar as perdas.

Uma vez que esse montante é estimado e sujeito a auditoria da ANEEL, o prazo é prorrogável e será finalizado assim que a ANEEL aprove os números apresentados pela CEMIG.

A produção de eletricidade em 2002 sofreu uma redução de 3,3% em linha com o menor volume de venda de eletricidade no período.

Usinas	3º trim. 2002		3º trim. 2001	
	Capacidade instalada MW	Geração MWh	Capacidade Instalada MW	Geração MWh
Hidráulica	5.502	15.486.513	5.482	14.494.647
Térmica	171	532.003	171	1.016.286
Outras	1	458	1	631
Total	5.674	16.018.974	5.654	15.511.564

O item Outras Receitas caiu 27.9%, principalmente devido à redução de R\$27,8 milhões no reembolso da CCC, consequência da menor geração térmica em nossas usinas.

Deduções à Receita Operacional

Vigorando a partir de março de 2002, os custos da CBEE-Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, passaram a ser rateados entre os consumidores, proporcionalmente ao consumo ocorrido no ano anterior. Esses custos totalizaram R\$44 milhões em 2002.

Despesas Operacionais de Compra Extraordinária de Eletricidade

As despesas operacionais aumentaram 24,6%, para R\$3.268 milhões de R\$2.622 milhões, devido principalmente ao aumento da despesa de compra de eletricidade. A despesa de compra de energia, representando 44,5% do total das despesas operacionais, é demonstrada a seguir:

Valores em milhares de Reais	3º Trim. 2002	3º Trim. 2001	Variação %
Energia comprada de Itaipu	727.705	717.014	1,5
Energia de curto prazo	564.538	-	-
Acordo Regulatório - Repasse aos Geradores	45.330	-	-
Contratos iniciais	110.639	95.444	15,9
Outros	6.829	2.547	168,1
Total	1.455.041	815.005	78,5

Parte da despesa de compra de energia de Itaipu ocorrida em 2002 foi registrada na conta de compensação de variação dos itens da parcela A.

A segunda maior despesa operacional é pessoal, representando 12% do total. Esse montante decresceu 8,3%, principalmente devido a:

Gastos com plano de assistência a saúde, seguro de vida e alimentação, que reduziram para R\$39,1 milhões, comparados a R\$45,1 milhões;

Despesa com o programa de desligamento voluntário de R\$1,8 milhão, comparado a R\$32,5 milhões em 2001;

Transferência para contas patrimoniais de R\$69,2 milhões em 2002, comparados a R\$60,3 milhões em 2001;

Redução de 1,5% no número médio de empregados;

Reajuste salarial de 8,16% em novembro de 2001, devido ao acordo coletivo negociado com os sindicatos, parcialmente compensado pelos itens anteriores.

As despesas de depreciação e amortização aumentaram em linha com a entrada em operação e capitalização dos projetos de distribuição.

Os custos da Conta de Consumo de Combustível - CCC, foram 3,2% maiores, apesar de parte desses custos terem sido incluídos na conta de compensação dos itens da parcela A.

Os encargos de uso da rede, também incluídos na conta de compensação dos itens da parcela A, subiram 7,1% para R\$220 milhões, comparados a R\$205 milhões em 2001, e em linha com o reajuste dos contratos pela variação IGP-M.

As despesas com serviços de terceiros subiram 6,8%, com os gastos com agentes arrecadadores e leitura de medidores, que representam mais de 26,6% do total, subindo 26,8%, devido à

continuidade em 2002 da política de terceirização. Os demais itens totalizaram R\$127,7 milhões em 2002 e R\$126,4 milhões em 2001.

As obrigações pós-emprego cresceram 7,9%, para R\$162,7 milhões, comparados a R\$150,8 milhões em 2001. Essas obrigações referem-se ao compromisso da Companhia junto a Forluz, fundo de pensão dos empregados. A variação é devido a Instrução CVM 371, que prevê a rentabilidade mínima atuarial para essas obrigações.

As despesas com materiais aumentaram 8,4%, atingindo R\$50,9 milhões em 2002 e R\$47,0 milhões em 2001.

A compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para produção de energia elétrica subiu 21,1%, atingindo R\$33.5 milhões. Essa despesa, como um custo não controlável, foi definido no cálculo do aumento tarifário concedido em 8 de abril de 2002.

As provisões operacionais decresceram para R\$28 milhões em 2002 de R\$31,7 milhões em 2001, principalmente devido à reversão de provisão para devedores duvidosos, pelo recebimento de expressivo crédito em atraso de consumidor industrial, e pela redução da provisão para contingências jurídicas de ações cíveis. Essas reversões foram parcialmente compensadas pelo aumento da provisão para contingências trabalhistas.

Outras despesas operacionais líquidas reduziram 16,7%, para R\$111,7 milhões;

Despesa com combustível para produção de energia elétrica decresceu 49,4%, para R\$28 milhões, ou 25,1% do total, como consequência da redução de 48% na geração de eletricidade nas usinas térmicas.

Perdas cambiais aumentaram 101%

Devido a desvalorização cambial de 67,9% em 2002 e 13,2% em 2001, e dos juros sobre capital próprio apropriados no 2º trimestre de 2002, o resultado financeiro foi negativo no primeiro semestre de 2002 (R\$899,3 milhões), um perda 153,9% maior que aquela registrada em 2001.

A receita financeira aumentou substancialmente para R\$862,8 milhões, 163,3% maior que a de 2001:

A renda de aplicações financeiras subiu 225,6% para R\$188,7 milhões, ou 21,9% do total, devido ao maior volume de recursos disponíveis para aplicação.

A variação monetária do saldo da conta de compensação dos itens da parcela A alcançou a R\$199,2 milhões, ou 23,1% do total.

A variação monetária, juros e juros de mora sobre o contrato de cessão da CRC atingiram R\$295,3 milhões em 2002, comparados a R\$186,3 milhões em 2001, representando 34,2% do total.

As despesas financeiras, excluindo os juros sobre o capital próprio, aumentaram 63%:

Encargos de empréstimos e financiamentos cresceram 25,5%, para R\$171,7 milhões, ou 9,1% do total, devido à correção do saldo da dívida pela maior inflação e pela desvalorização cambial.

As perdas com a variação cambial da dívida denominada em dólar norte-americano, subiram 101% para R\$969 milhões, devido a maior desvalorização cambial.

As perdas com a variação monetária foram de R\$80,4 milhões, ou 4,3% do total, devido a maior inflação e maior saldo da dívida em moeda nacional.

Contabilização no terceiro trimestre de 2002 de provisão de R\$304,3 milhões para perdas na negociação da CRC com o governo federal. Esse montante representou 16,2% do total

Perdas em Projetos Decresceram 69%

O resultado não operacional foi negativo em 2002 e 2001, com um decréscimo de 69,2% em relação a 2001. Essa redução foi devido à diminuição das perdas com desativação e alienação de bens, e de 98% de redução das perdas em projetos para R\$368 mil.

Crédito fiscais de Imposto de Renda

Foram apurados créditos fiscais com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$142,7 milhões. A participação dos empregados no resultado de 2002 irá ser definida através de acordo coletivo entre a CEMIG e os sindicatos dos empregados. R\$21,9 milhões foram provisionados em 2002, com um aumento de 60,2% sobre 2001.

O Programa de Investimento Atingiu R\$764 milhões

O programa de investimentos de 2002 foi ajustado a expansão da capacidade instalada do sistema elétrico e pela ligação de 141 mil novos consumidores.

	Valores em milhares de R\$						
	<u>2000(R)</u>	<u>2001(R)</u>	<u>3Q2002(R)</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>
Geração	144,4	169,0	286,4	422,2	201,3	91,2	13,8
Transmissão	8,9	46,8	46,7	80,3	96,6	104,2	94,9
Sub-transmissão	40,6	31,5	49,9	80,3	130,9	121,9	126,7
Distribuição	291,8	348,1	214,6	338,0	354,9	321,0	292,4
Outros	17,3	6,8	16,1	41,4	64,7	87,9	90,5
Infovias	18,5	33,2	150,7	165,7	-	-	-
TOTAL	521,5	635,4	764,4	1,127,9	848,4	726,2	618,2

**PROJETOS DE GERAÇÃO
MW**

USINAS	2002	2003	2004	2005	2006	CEMIG (Participação %)
Hidroelétricas						
Em operação	5.434	-	-	-	-	-
Em construção	-	-	-	-	-	-
FUNIL	180	-	-	-	-	49,00
QUEIMADOS	-	105	-	-	-	82,50
AIMORÉS	-	330	-	-	-	49,00
IRAPÉ	-	-	-	360	-	-
CAPIM BRANCO I	-	-	240	-	-	21,05
CAPIM BRANCO II	-	-	-	-	210	21,05
Termelétricas						
Em operação	171	-	-	-	-	-
Em construção	-	-	-	-	-	-
SULMINAS	-	-	500	-	-	31,00
BARREIRO	-	13	-	-	-	-
IGARAPÉ	-	219	-	-	-	-
Outras	1	-	-	-	-	-
Total da Capacidade de geração da CEMIG	5.694	6.175	6.380	6.740	6.784	-

Perdas de eletricidade foram de 9,3%

Como resultado dos efeitos sazonais, as perdas de eletricidade no 3º trim. 2002 foram maiores quando comparadas ao 1º trim. 2002. As perdas de eletricidade ao final do ano deverão permanecer em linha com os níveis do 1º trim. 2002.

Contrato de Cessão da CRC

Em 30 de setembro de 2002, o saldo total da CRC era de R\$1.483 milhões, incluindo a atualização monetária. No terceiro trimestre de 2002 foi constituída provisão de R\$304,3 milhões para perdas na negociação da CRC com o governo federal.

Em outubro de 2002 foram concluídas as negociações com o Governo do Estado de Minas Gerais relativas ao crédito da CRC. As parcelas mensais, com vencimento de abril de 1999 a dezembro de 1999 e de março de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$626,5 (incluindo juros de mora e multa foram renegociadas com o governo estadual. Sobre esse montante incidirão juros de 12% a.a. e atualização monetária pela variação do IGP-M. Esse saldo será amortizado em 149 parcelas mensais e consecutivas, de janeiro de 2003 a maio de 2015. Conforme Lei estadual nº 14.384, promulgada em 11 de outubro de 2002, a Cemig poderá reter os dividendos e juros sobre o capital próprio para amortizar as parcelas.

O Acordo Geral do Setor Elétrico definiu um programa de financiamento ou o acesso a operação financeira equivalente pelo BNDES, para as concessionárias de distribuição e geração e produtores independentes de energia elétrica.

A Cemig está negociando com a Secretaria do Tesouro Nacional e o BNDES a cessão ao governo federal de R\$1.161 milhões, relativos as parcelas com vencimento de janeiro de 2003 a maio de 2015 que fará a liberação dos recursos financeiros para a Cemig.

Dessa maneira, a Cemig provisionou R\$304 milhões referentes a diferença estimada entre o montante a receber do BNDES e o saldo de R\$1.161 milhões em 30 de setembro de 2002 a ser transferido ao governo federal.

Tabela I

Demonstração dos Resultados							
Valores em milhões de Reais							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
Receita Líquida	3.693	1.489	994	1.210	2.761	828	4.713
Despesas Operacionais	(3.268)	(1.433)	(902)	(933)	(2.622)	(909)	(3.804)
EBIT	425	56	92	277	139	(81)	909
Resultado Financeiro	(899)	(650)	(316)	67	(366)	(197)	(205)
Resultado não Operacional	(19)	(5)	(7)	(7)	(62)	(36)	(90)
Lucro Líquido	(268)	(442)	(46)	220	(195)	(209)	478

Tabela II

Receitas Operacionais							
Valores em milhões de Reais							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
Vendas a consumidores finais	3.913	1.389	1.390	1.134	3.462	995	4.553
Receitas Extraordinárias	269	8	(54)	315	-	-	1.058
Suprimento	489	440	10	39	56	39	145
Receita de Transmissão de Rede	135	55	42	38	114	41	154
Outras	59	22	19	18	82	28	108
Deduções	(1.172)	(424)	(413)	(335)	(953)	(276)	(1.303)
Receitas Líquidas	3.693	1.489	994	1.210	2.761	828	4.713

Tabela III

Despesas Operacionais							
Valores em milhões de Reais							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
Energia Comprada	1.455	793	302	360	815	303	1.514
Pessoal	392	130	130	132	427	125	549
Depreciação e amortização	387	129	129	129	375	127	503
CCC	252	92	90	70	245	89	249
Transmissão de Encargos de Rede	220	78	77	65	205	73	250
Serviços de Terceiros	174	66	58	50	163	61	214
Forluz – Benefícios de empregados pós aposentadoria	163	55	54	54	151	50	201
Outras Despesas	225	90	62	73	241	80	324
Total	3.268	1.433	902	933	2.622	909	3.804

Tabela IV
Venda de Energia

	No. de Consumidores		MWh		R\$ mil	
	Nove meses terminados em 30 Setembro		Nove meses terminados em 30 Setembro		Nove meses terminados em 30 Setembro	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Residencial	4.586.863	4.408.866	4.710.103	5.099.463	1.275.029	1.253.810
Industrial	67.666	67.135	15.850.605	15.947.339	1.571.546	1.358.279
Comercial	512.666	496.638	2.415.082	2.532.111	568.137	512.140
Rural	332.427	318.251	1.230.838	1.234.615	179.967	157.673
Outros	52.462	50.418	1.701.924	1.732.281	263.806	235.011
Consumo próprio	1.358	1.408	37.032	39.079	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	54.868	(55.146)
Suprimento não faturado	-	-	-	-	473.964	-
Suprimento	4	4	244.117	487.046	15.168	55.503
TOTAL CEMIG	5.553.446	5.342.720	26.189.701	27.071.934	4.402.485	3.517.270
Industrial - Ipatinga/Sá Carvalho	2	2	574.484	469.022	29.508	25.517
TOTAL CONSOLIDADO	5.553.448	5.342.722	26.764.185	27.540.956	4.431.993	3.542.787

Tabela V

Análise do Resultado Financeiro							
Valores em milhões de Reais							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
Receitas Financeiras							
Contrato CRC/Estado-Juros contratuais	49	17	16	16	46	15	62
Contrato CRC/Estado-Juros de mora	80	35	26	19	39	16	51
Contrato CRC/Estado - Var. Monetária	166	108	51	7	101	55	140
Acrésc. Morat. Ctas Energia Elétrica	29	10	11	8	34	10	42
Renda da Aplicação Financeira	189	99	62	28	58	31	78
Renegociação de dívida com grande consumidor	-	-	-	-	12	0	12
Juros e V. Monetária sobre créditos fiscais	4	3	-	1	17	4	17
Variação monetária da CVA – 2001	199	61	76	62	-	-	26
Variação monetária - Sup. Energia elétrica	71	71	-	-	-	-	-
PASEP/COFINS sobre a receita financeira	(34)	(18)	(10)	(6)	(12)	(5)	-
Variações cambiais	82	53	23	6	26	11	58
Outras	28	13	7	8	7	2	21
	863	452	262	149	328	140	506
Despesas Financeiras							
Encargos de empréstimos e financiamentos	(172)	(57)	(60)	(55)	(137)	(54)	(221)
Variação monetária - Supridores	(55)	(20)	(19)	(16)	-	-	-
Juros e Multas sobre Tributos	(12)	(4)	(3)	(5)	(11)	(4)	(13)
Var. Monet. Passivas-Empr. Financ.	(26)	(10)	(12)	(4)	(17)	(7)	(33)
CPMF	(18)	(7)	(6)	(5)	(16)	(5)	(27)
Provisão p/ perdas na negociação da CRC	(304)	(304)	-	-	-	-	-
Provisão p/ desval. Tít. Valores Mobiliários	(70)	(49)	(26)	5	(4)	(5)	(4)
Venda antecipada de energia elétrica	(10)	(6)	(4)	-	(26)	(11)	(19)
Variações cambiais	(969)	(642)	(325)	(2)	(482)	(252)	(267)
Juros sobre Capital Próprio	(120)	-	(120)	-	-	-	(103)
Outras	(6)	(3)	(3)	-	(1)	1	(23)
	(1.762)	(1.102)	(578)	(82)	(694)	(338)	(711)
	(899)	(650)	(316)	67	(366)	(197)	(205)

Tabela VI

Transações com partes relacionadas		
Valores em milhões de Reais		
	30/09/2002	30/06/2002
	Governo do Estado de Minas Gerais	Governo do Estado de Minas Gerais
ATIVO		
Circulante		
Consumidores e Revendedores	12	8
Tributos Compensáveis-		
ICMS a Compensar – Lei Complementar 102	12	23
Outros Créditos -		
Adiantamento para Custeio de Benefícios Assistenciais	-	-
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	1.483	1.627
Outros -		
ICMS a Compensar	19	19
ICMS a Compensar – Lei Complementar 102	60	47
PASSIVO		
Circulante		
Tributos e Contribuição Social-		
ICMS a Pagar	117	80
Dividendos a Pagar	28	78
Obrigações Pós-Emprego	-	-
Outras Obrigações-		
Repasse de Contribuições	-	-
Exigível a Longo Prazo		
Obrigações Pós-Emprego	-	-
	01/01/2002 a 30/09/2002	01/01/2001 a 30/09/2001
RESULTADO		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	17	16
Deduções à Receita Operacional – ICMS	(833)	(743)
Despesa com Obrigações Pós-emprego	-	-
Despesa com Pessoal – Contribuição Mantenedora	-	-
Receita Financeira-		
Juros e Variação Monetária – Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	295	186
- Despesa Financeira		
Tak Perdas na negociação da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais	304	-

Participação Acionária

Acionistas	Número de ações em 30 de setembro de 2002					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	36.116.291.643	51,0	1.887.263.121	2,1	38.003.554.764	23,4
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	23.362.956.173	33,0	-	-	23.362.956.173	14,4
MGI Participações S.A.	-	-	1.139.854.349	1,3	1.139.854.349	0,7
Outros	128.856.637	0,2	185.737.946	0,2	314.594.583	0,2
Nacional	8.860.984.890	12,5	45.097.105.979	49,4	53.958.090.869	33,3
Estrangeira	2.405.078.580	3,4	42.969.689.707	47,1	45.374.768.287	28,0
Total	70.874.167.923	100	91.279.651.102	100	162.153.819.025	100

Tabela VIII

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO							
(Em milhões de Reais)							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
CIRCULANTE							
Disponibilidades	348	(20)	(181)	549	485	(96)	642
Consumidores e Revendedores	758	62	158	538	511	(166)	472
Consumidores – Recomposição Tarifária	265	16	14	235	-	-	259
Concessionários – Transp. Energia	21	4	-	17	22	3	18
Tributos Compensáveis	114	8	78	28	169	(25)	86
Almoxarifado	12	-	1	11	10	(2)	12
Despesa antecipada – CVA	136	70	(2)	68	-	-	41
Outros Créditos	158	40	18	100	101	20	101
	1.812	180	86	1.546	1.298	(266)	1.630
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Contrato Cessão CRC/Estado MG	1.483	(144)	93	1.534	1.425	87	1.492
Consumidores – Recomposição Tarifária	1.349	(4)	(68)	1.421	-	-	1.072
Despesas Antecipadas - CVA	220	72	28	120	-	-	106
Créditos Tributários	686	172	116	398	593	90	435
Títulos e Valores Mobiliários	57	(11)	(8)	76	83	7	70
Revendedores – Suprimento	616	495	5	116	-	-	80
Estudos e Projetos Reembolsáveis	26	-	-	26	26	-	26
Racionamento – Bônus e custos de adaptação	97	(113)	9	201	-	-	123
Outros	190	12	60	118	150	69	100
	4.724	479	235	4.010	2.277	253	3.504
PERMANENTE							
Investimentos	1.021	136	154	731	381	69	671
Imobilizado	7.255	23	(3)	7.235	8.961	1.264	7.317
Diferido	1	-	(1)	2	2	-	2
	8.277	159	150	7.968	9.344	1.333	7.990
Total do Ativo	14.813	818	471	13.524	12.919	1.320	13.124

BALANÇO PATRIMONIAL							
PASSIVO							
(Em milhões de Reais)							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
CIRCULANTE							
Fornecedores	1.260	597	61	602	298	2	534
Tributos e Contribuição	256	(156)	80	332	165	(12)	209
Empréstimos e Financiamentos	910	496	56	358	779	102	317
Encargos Regulatórios	69	20	(1)	50	71	(7)	51
Salários e Contribuições Sociais	112	14	15	83	113	7	96
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	139	(176)	109	206	4	(169)	217
Venda Antecipada de Energia Elétrica	-	(12)	(15)	27	68	(6)	43
Obrigações Pós-Emprego	158	(9)	14	153	145	4	152
Outras obrigações	88	8	(28)	109	176	19	120
	2.992	782	291	1.919	1.819	(60)	1.739
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO							
Obrigações Pós-Emprego	1.738	11	12	1.714	1.708	12	1.702
Empréstimos e Financiamentos	2.478	242	314	1.922	1.369	156	2.011
Fornecedores-Suprimento	473	22	19	432	-	-	373
Racionamento Sobretaxa	-	(25)	(1)	26	-	-	26
Venda antecipada de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para contingências	335	9	(4)	329	149	7	319
Tributos e Contribuição Social	218	218	-	-	-	-	-
Outros	64	(1)	6	59	45	35	52
	5.306	478	346	4.482	3.271	209	4.482
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social	1.622	0	32	1.590	1.590	0	1.590
Reservas de Capital	4.075	0	(32)	4.106	4.115	0	4.106
Reservas de Lucros	1.154	1	-	1.153	889	0	1.153
Lucros (Prejuízos) acumulados	(363)	(442)	(166)	245	(170)	(209)	25
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27	(0)	-	27	27	(0)	27
	6.515	(442)	(165)	7.122	6.451	(209)	6.902
	14.813	818	472	13.523	11.541	(58)	13.124

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO							
(Em milhões de Reais)							
	2002				2001		
	Até 3º TRI	3º TRI	2º TRI	1º TRI	Até 3º TRI	3º TRI	ANO
RECEITA OPERACIONAL							
Fornecimento Bruto de Energia	3.913	1.383	1.396	1.134	3.462	995	4.553
Recomposição Tarifária Extraordinária	269	8	(54)	315	-	-	1.058
Suprimento a Outras Concessionárias	489	446	4	39	56	39	145
Receita de uso da rede	135	55	42	38	114	41	154
Outras Receitas Operacionais	59	22	19	18	82	28	108
	4.865	1.866	1.454	1.545	3.714	1.103	6.018
Deduções à receita operacional	(1.172)	(421)	(416)	(335)	(953)	(276)	(1.303)
Receita Operacional Líquida	3.693	1.489	994	1.210	2.761	828	4.713
DESPESA OPERACIONAL							
Energia Comprada para Revenda	(1.455)	(793)	(302)	(360)	(815)	(303)	(1.514)
Pessoal	(392)	(130)	(130)	(132)	(427)	(125)	(549)
Depreciação e Amortização	(387)	(129)	(129)	(129)	(375)	(127)	(503)
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	(252)	(92)	(90)	(70)	(245)	(89)	(249)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(220)	(78)	(77)	(65)	(205)	(73)	(250)
Serviços de Terceiros	(174)	(66)	(58)	(50)	(163)	(61)	(214)
Obrigações Pós-Emprego	(163)	(55)	(54)	(54)	(151)	(50)	(201)
Materiais	(51)	(18)	(17)	(16)	(47)	(14)	(70)
Compensação de Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(34)	(12)	(14)	(8)	(28)	(7)	(28)
Provisões Operacionais	(28)	(20)	6	(14)	(32)	(18)	(36)
Outras Despesas Líquidas	(112)	(40)	(37)	(35)	(134)	(41)	(189)
	(3.268)	(1.433)	(902)	(933)	(2.622)	(909)	(3.804)

Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial e Receitas (Despesas) Financeiras	425	56	92	277	139	(81)	909
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(16)	(16)	(1)	1	14	5	28
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	(899)	(650)	(316)	67	(366)	(197)	(205)
Receita Financeira	863	452	262	149	328	140	506
Despesa Financeira	(1.642)	(1102)	(458)	(82)	(694)	(338)	(608)
Juros sobre capital próprio	(120)	0	(120)	-	-	-	(103)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(490)	(609)	(226)	345	(213)	(273)	733
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(19)	(5)	(7)	(7)	(62)	(36)	(90)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda. Contribuição Social e Participações dos Empregados	(509)	(614)	(233)	338	(275)	(309)	643
Imposto de Renda e Contribuição Social	143	183	74	(114)	94	104	(221)
Participações dos Empregados	(22)	(11)	(7)	(4)	(14)	(4)	(47)
Lucro (Prejuízo) antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	(388)	(441)	(167)	220	(195)	(209)	375
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	120	-	120	-	-	-	103
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(268)	(441)	(47)	220	(195)	(209)	478
LUCRO LÍQUIDO POR MIL AÇÕES – R\$/US\$	(1,65)		0,28	1,38	(1,22)		3,01